

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 475 - Brasília, quarta-feira, 4 de junho de 1997

## Sessão solene para Akihito

O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o imperador japonês Akihito, em sessão solene, garantindo-lhe que "a democracia é o caminho escolhido para promover o desenvolvimento econômico e a justiça social no Brasil". O senador Jádher Barbalho saudou o visitante em nome do Senado, destacando a forte presença do Japão na cultura e na economia nacionais. Por sua vez, o imperador afirmou que "o papel do Congresso está cada vez mais importante". Páginas 4 e 5



O imperador Akihito e o presidente do Congresso na execução do Hino Nacional, em plenário

## Reeleição deve ser votada hoje em segundo turno

*Presidente do Senado confia em uma decisão tranqüila e já prevê convocação extraordinária do Congresso para o mês que vem*

### Ceará terá usinas movidas pelo vento

O plenário do Senado aprovou ontem resolução autorizando a União a garantir empréstimo externo ao governo do Ceará, equivalente a R\$ 53 milhões, para a instalação de duas usinas de energia movidas por vento (energia eólica) nos municípios de Paracuru e Camocim. O financiamento será concedido pelo Fundo Japonês de Cooperação Econômica Ultramarina e as usinas serão construídas pela Companhia de Energia Elétrica do Ceará (Coelce).

### Aprovados dois novos embaixadores

Os senadores aprovaram mensagens do presidente da República indicando dois novos embaixadores brasileiros. O diplomata Marcos Castrioto de Azambuja será o novo embaixador na França e Ricardo Luiz Viana de Carvalho irá para a embaixada brasileira no Zimbábue.

O senador Antonio Carlos Magalhães previu uma votação tranqüila para a emenda da reeleição, que será examinada pelo plenário do Senado, em segundo turno, na sessão ordinária das 14h30 de hoje. Informado de que a oposição entrou com recurso no Supremo Tribunal Federal, contra a votação, o senador assegurou que a manobra não atingirá o processo:

- Não me preocupo com isso. Sempre acreditei que os ministros do Supremo são homens sensatos, e esse recurso é absurdo, não tem qualquer fundamento - afirmou.

Além de reiterar que a emenda da reeleição encerrar sua tramitação no Con-

gresso hoje, com a aprovação pelo Senado, indo à promulgação em seguida, o senador considerou o recurso junto ao Supremo simples manobra diversionista.

### Previdência pode ser apreciada em julho

Antonio Carlos anunciou que deverá haver convocação extraordinária do Congresso no mês de julho, para votar a emenda da Previdência. Ele observou que ainda não há previsão quanto ao restante da pauta, que poderá incluir o Código Civil, relatado pelo senador Josaphat Marinho (PFL-BA), e a reforma administrativa, em tramitação na Câmara, caso estas matérias fiquem prontas para ir a plenário.

### Relatores dão explicações sobre precatórios

Senadores que relataram projetos autorizando emissão de títulos para pagamento de precatórios prestaram esclarecimento ontem à CPI. Página 3

### Comissão vai avaliar incentivos às empresas

A CAE criou uma subcomissão destinada a examinar, no prazo de 60 dias, benefícios oferecidos pelos estados para atrair novas empresas. O senador Ronaldo Cunha Lima sugeriu revisão na política de incentivos fiscais concedidos pela Sudene. Página 6

## CAS analisa projeto para reflorestamento

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), reúne-se hoje, a partir das 10h, para analisar, entre vários outros, projeto de autoria da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) instituindo o Programa Nacional de Reflorestamento de Encostas e outro dispondo sobre o contrato de trabalho por prazo determinado, originário da Câmara dos Deputados.

Em caráter terminativo, a comissão examinará ainda: projeto do senador Júlio Campos (PFL-MT) estabelecendo requisitos para a concessão de Certificado de Habilitação técnica para pilotos civis de aeronaves de motor a turbina; projeto do senador Nabor Júnior (PMDB-AC) que dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a seringueiro profissional durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade; e projeto do senador Valmir Campelo (PTB-DF) proibindo a venda de bebidas alcoólicas às margens de rodovias.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reúne-se também às 10h para audiência pública sobre a proposta de emenda à Constituição que modifica o sistema de Previdência Social.

## Exposição de Manduka no Salão Negro

Será aberta às 19h de hoje no Salão Negro do Congresso Nacional a exposição *Os lápis não mentem jamais*, com 24 desenhos do artista plástico Alexandre Manuel Thiago de Mello, o Manduka.

# Suplicy pede ao governo que ouça Motta e consulte o povo

*Dizendo-se inspirado em conselho do ministro de FHC, senador insiste no referendo e vê risco de uso da máquina administrativa ano que vem*

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse ontem que, acatando o conselho oferecido pelo ministro das Comunicações, Sérgio Motta, o governo deveria ouvir o povo sobre as reformas políticas, a começar pela reeleição.

Suplicy sustentou que "a reeleição não é saudável para a



Eduardo Suplicy

democracia", por possibilitar o uso da máquina pública em favor do candidato que ocupa, no Executivo, o mesmo cargo para o qual está concorrendo.

Ele falou durante a segunda sessão destinada a discutir a proposta de emenda constitucional instituindo a reeleição para pre-

sidente, governadores e prefeitos.

Depois de questionado por Eduardo Suplicy, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) informou, em aparte, já haver encaminhado ao presidente Fernando Henrique Cardoso carta em que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sugere a realização de um referendo sobre o assunto.

## Serra diz que errou na avaliação da renúncia de Almino

O senador José Serra (PSDB-SP) disse ontem estar convencido de que a renúncia do deputado Almino Afonso à relatoria do processo de cassação dos deputados acusados de venda de votos da emenda de reeleição, na Câmara, deveu-se a suas "convicções pessoais". Serra afirmou

que, em entrevista na semana passada, equivocou-se na interpretação das razões da renúncia.

- Conheço o espírito público, o caráter e a integridade pessoal de Almino Afonso há vários anos. Independente-



José Serra

mente da minha análise e de meu ponto de vista sobre a instalação de uma CPI para apurar o caso serem diferentes das do deputado, trata-se de uma decisão respeitável - declarou.

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

#### Senador Antonio Carlos Magalhães

15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado

### PLENÁRIO

#### 14h30 - Sessão deliberativa do Senado

**Pauta:** Terceiro e último dia de discussão em segundo turno da \*PEC nº 4/97, que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

### COMISSÕES

#### 10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

**Pauta:** Exposição do presidente da Anfp, Álvaro Solon de França; do presidente da Abrapp, Nelson Pedro Rogier; e do diretor-técnico do Diap, Rui Brito de Oliveira Pedrosa, e do membro titular do CNSS Astério Caetano Costa sobre a \*PEC nº 33/96, que modifica o sistema de Previdência Social. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

#### 10h - Comissão de Assuntos Sociais

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PLC nº 93/96 (não terminativo), que dispõe sobre o contrato de trabalho por prazo determinado; \*PLS nº 20/95, que institui o Programa Nacional de Reflorestamento de Encostas, a cargo do Ibama; \*PLS nº 56/96 (terminativo), que estabelece requisitos para a concessão de Certificado de Habilitação técnica para pilotos civis de aeronaves de motor a turbina; \*PLS nº 16/96 (terminativo), que dispõe sobre a concessão de seguro-desemprego a seringueiro profissional, durante o período em que estiver impedido de exercer sua atividade; \*PLS nº 8/96 (terminativo), que proíbe a venda de bebidas alcoólicas nos estabelecimentos comerciais situados nas margens das rodovias; e \*PLS nº 112/96 (não terminativo), que dispõe sobre os planos de

saúde, seguros-saúde e similares que deverão manter os patamares de mensalidades vinculados à idade de ingresso no sistema. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

Reunião de instalação de comissões mistas, quando serão eleitos os presidentes e vice-presidentes e designados os relatores das seguintes medidas provisórias:

10h - MP nº 1531-6/97, que dá nova redação aos arts. 24, 26, 57 e 120 da Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitação e contratos da administração pública, e ao art. 15 da Lei nº 8.987/95, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

10h30 - MP nº 1563-5/97, que dispõe sobre a incidência do imposto de renda na fonte sobre rendimentos de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

11h - MP nº 1566-4/97, que excepciona o contrato celebrado entre o BNDES e a Companhia Docas do Rio de Janeiro de exigências fixadas em lei, ou ato dela decorrente. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

15h - MP nº 1569-2/97, que estabelece multas em operações de importação. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - MP nº 1570-2/97, que disciplina a aplicação da tutela antecipada contra a Fazenda Pública e altera a Lei nº 7.347/85. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

### 17h - CPI dos Precatórios

**Pauta:** Exposição do governador do estado de Alagoas, Divaldo Suruagy. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

# Senadores que relataram projetos de títulos dão esclarecimentos à CPI

*Eles explicam que agiram dentro da lei, desconhecendo as situações em que foram injetados precatórios não existentes*

## Campos pede que Dante preste depoimento

O senador Júlio Campos (PFL-MT) pediu ontem ao presidente da CPI dos Precatórios, Bernardo Cabral (PFL-AM), e ao relator, Roberto Requião (PMDB-PR), que o governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira, explique na CPI operações realizadas com títulos daquele estado.



Júlio Campos

Campos leu entrevista de Requião, na *Folha do Estado*, de Cuiabá, na qual o relator afirma que o governo de Mato Grosso poderá ser responsabilizado e responder por operações com títulos que causaram prejuízos para o estado.

## Dutra pretende investigar os corruptores

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, pediu ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que desarquite o requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), para criação da chamada CPI dos Corruptores. O requerimento, apresentado no início de 1995, foi apoiado por outros 27 senadores.



Dutra

O líder lembrou que a CPI não foi instalada porque o PSDB e o PFL não indicaram seus representantes na comissão. O requerimento foi arquivado ao final da sessão legislativa do mesmo ano.

Os senadores que relataram projetos autorizando emissão de títulos para pagamento de precatórios, entre 1995 e 1996, apresentaram-se ontem à CPI que investiga irregularidades nessas emissões. Todos explicaram que agiram dentro da lei, desconhecendo as situações em que governadores e prefeitos injetaram em seus pedidos precatórios não existentes.

Relator dos projetos que autorizaram as emissões da prefeitura e do governo de São Paulo, Gilberto Miranda (PFL-AM) disse que essas autorizações foram aprovadas com o máximo de cautela. "A Comissão de Assuntos Econômicos seguiu única e exclusivamente o que a Constituição estabelece", afirmou. Sustentando que todas as precauções foram tomadas, ele alegou que, "se alguém pecou nesse assunto, foi o Banco Central". Já Beni Veras (PSDB-CE) disse que relatou o projeto de

Alagoas convencido da regularidade do pedido, e explicou que, se houve desvio dos recursos, isso deve ser apurado pelo TCU.

Também prestaram informações à CPI Pedro Piva (PSDB-SP), Fernando Bezerra (PMDB-RN), Eduardo Suplicy (PT-SP), Lauro Campos (PT-DF), Carlos Wilson (PSDB-PE), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Mauro Miranda (PMDB-AC) e Nabor Júnior (PMDB-GO).

Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu o trabalho dos senadores que relataram esses projetos dizendo que seria impensável para eles duvidar da palavra de um governador num processo de emissão de títulos. Jáder Barbalho (PMDB-PA) também defendeu os relatores dizendo que "nenhum senador poderia adivinhar que havia precatório enxertado nos pedidos de prefeitos e governadores". Hoje, a CPI ouve o governador de Alagoas, Divaldo Suruagy.

## Requião divulga relatório parcial

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) divulgou ontem relatório parcial das investigações realizadas pela CPI dos Precatórios, no qual afirma ser insustentável a tese de extrema necessidade com que se justificam governadores e prefeitos que, mediante fraude, emitiram títulos para pagar precatórios inexistentes.

Para o relator, o recurso utilizado por esses administradores públicos "mascara a prática de má gestão, da busca de falsas soluções, assim como a prática de uma administração financeira que não se compromete, de forma ética, em ajustar uma situação de desequilíbrio insustentável a médio e longo prazos".

O relator da CPI entende que



Requião

a freqüência com que a União assume dívidas de governos quebrados tem sido, na História do Brasil, um fator de estímulo à má gestão de estados e municípios, que elevam seus gastos e dívidas na perspectiva de que, no futuro, a conta será repassada ao Tesouro.

Requião destacou a grave responsabilidade do Banco Central e do Poder Executivo como um todo, em especial dos ministérios da área econômica, no controle do déficit público agregado, no qual se incluem as contas de estados e municípios. E, na análise da responsabilidade do Senado, Requião disse que a Casa "tem sido historicamente leniente no controle da dívida de estados e municípios".

## Osmar denuncia Lerner por obras não realizadas

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) afirmou ontem ter "provas, contratos de obras não realizadas, pagas pelo governador do Paraná, Jayme Lerner, para ensinar o recebimento de comissões e propinas". A denúncia, segundo o senador, foi apresentada por ele, pessoalmente, ao próprio governador, que "não fez nada, ou porque é conivente ou porque participa desse racha".



Osmar

- Ele que me processe pela denúncia - disse o senador.

O governador do Paraná, acrescentou, já pagou pela construção de pelo menos três estradas com orçamento superfaturado.

## Amorim quer proibir abusos na reeleição

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) anunciou ontem que, em virtude dos recentes escândalos envolvendo a votação da reeleição, apresentará nos próximos dias projeto de lei de sua autoria proibindo o uso da máquina pública por aqueles que pretendem recandidatar-se a cargos do Poder Executivo. A seu ver, "o dinheiro público não deve ser usado para fazer propaganda eleitoral para quem quer que seja".



Amorim

Segundo seu projeto, nos últimos três meses que antecedem as eleições, ficam proibidos o uso de aeronaves e veículos oficiais, gastos com publicidade institucional, a participação de candidatos em solenidades de inauguração ou lançamento de obras, entre outras restrições.

## VISITA DO IMPERADOR



Na chegada ao Congresso, o imperador sobe a rampa na companhia de Antonio Carlos Magalhães e de Michel Temer, presidente da Câmara

## ACM: democracia é a escolha do Brasil

*Presidente do Senado recepciona imperador Akihito enaltecendo o regime e pedindo maior intercâmbio com Japão, para que brasileiros possam "superar a pobreza e realizar seu futuro de grandeza"*

A democracia é o caminho escolhido para promover o desenvolvimento econômico e a justiça social no Brasil, garantiu o presidente do Congresso Nacional, Antonio Carlos Magalhães, na sessão solene realizada ontem pelo Parlamento em homenagem ao imperador do Japão, Akihito. Antes, o imperador agradeceu a atenção do Legislativo, afirmando que, "com a democratização, o papel do Congresso Nacional está se tornando cada vez mais importante".

Akihito foi saudado por Antonio Ueno (PFL-PR), em nome dos deputados, e por Jäder Barbalho (PMDB-PA), em nome dos senadores, no plenário da Câmara dos Deputados. Na chegada ao Congresso, o imperador foi recepcionado pelos presidentes da Câmara, Michel Temer, e do Senado, Antonio Carlos Magalhães. Os presidentes das comissões de Relações Exteriores das duas Casas e lideranças partidárias conduziram o imperador à Mesa.

Em sua saudação aos parla-

mentares brasileiros, o imperador japonês afirmou que desde a assinatura do já centenário Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre os dois países as relações bilaterais "têm sido mantidas

por fortes e estreitos laços de amizade".

Akihito entende que nos últimos anos esse intercâmbio está sendo realizado em setores cada vez mais amplos e comemorou a aproximação

também na área parlamentar. O imperador recordou a "profunda admiração" que sentiu durante sua visita à capital da República, em 1967, "pelo fato de, no planejamento urbanístico de Brasília, ter sido adotado o ideal da separação dos três Poderes, tanto que a Praça dos Três Poderes foi construída na parte central da cidade".

Depois de lembrar as três visitas de Akihito ao Brasil, Antonio Carlos Magalhães destacou a crescente importância conquistada pelo Parlamento brasileiro, "à medida que corresponde aos anseios da sociedade".

O presidente do Congresso agradeceu o apoio do Japão e dos imigrantes japoneses ao esforço de desenvolvimento econômico nacional e ressaltou o interesse do país em estreitar parcerias com nações economicamente mais fortes, como os Estados Unidos e o Japão, para que mais rapidamente os brasileiros possam superar "a pobreza e realizar seu futuro de grandeza".



Akihito disse a Antonio Carlos que democracia fortalece o Congresso

## VISITA DO IMPERADOR

# Jáder destaca integração nipo-brasileira

*Diferenças culturais e distância geográfica não são obstáculo à parceria e ao entendimento crescente, disse o senador do Pará, onde a colônia japonesa é tão antiga quanto marcante*

A forte integração racial, cultural e econômica entre Japão e Brasil e os benefícios proporcionados pela crescente cooperação bilateral foram os pontos destacados pelo senador Jáder Barbalho (PMDB-PA) e pelo deputado Antonio Ueno, em suas saudações na sessão solene do Congresso Nacional realizada ontem em homenagem ao imperador Akihito, do Japão.

Senador pelo Pará, berço de uma forte e antiga colônia nipônica, Jáder Barbalho traçou a trajetória do intercâmbio econômico entre as duas nações, destacando a aceleração dessas relações a partir dos anos 50.

Entre 1953 e 1968, segundo frisou, quase 80 empresas japonesas se instalaram no país e a parceria começou a ser sentida em muitas áreas estratégicas para o desenvolvimento brasileiro.

Hoje, disse Jáder Barbalho, o Japão já é o quarto maior investidor no Brasil, apesar



Em nome do Senado, Jáder Barbalho saudou o imperador lembrando a existência de 1,5 milhão de nisseis

da distância entre os dois países. A integração das duas sociedades pode ser medida, a seu ver, pela presença de quase 1,5 milhão de nisseis no Brasil, enquanto 200 mil brasileiros vivem e trabalham no Japão, onde já existe uma emissora de TV e são editados quatro semanários em

língua portuguesa.

O deputado Antonio Ueno, de seu lado, destacou tanto a importância da visita, "a primeira de um imperador japonês ao Brasil", como o exemplo de integração e cooperação que a evolução da presença japonesa no país representa.

Ele lembrou que Akihito

pertence a uma dinastia com 2.657 anos, a Casa do Crisântemo Dourado, "a mais antiga e tradicional do Japão e do mundo". A seu ver, Akihito é exemplo de austeridade e nobreza para japoneses que vivam dentro ou fora do Japão e símbolo da unidade desse povo.

## ZONA FRANCA

# Cabral desmente reportagem, com apoio geral de senadores

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) repudiou ontem, da tribuna, "da forma mais eloquente", parte do texto de reportagem publicada pelo jornal *Correio Braziliense*, sob o título "Vale-tudo pela Zona Franca de Manaus". O senador leu nota oficial dos ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Antônio Kandir, na qual também desmentem parte da matéria do jornal.

A reportagem afirma que Cabral, presidente da CPI dos Precatórios, teria dito,

numa reunião com os ministros da Fazenda e do Planejamento, que o relatório final da CPI não responsabilizaria o Banco Central se o presidente da República devolvesse a chefia da Zona Franca de Manaus a um indicado do governador Amazonino Mendes.

Na nota lida por Cabral, os ministros dizem que, se a jornalista tivesse telefonado para os participantes da reunião, "certamente não teria transmitido aos seus leitores a idéia absurda". O senador informou que pretende tomar "providências judiciais que o caso com-



Bernardo Cabral

porta".

Em aparte, o senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, se solidarizou com Bernardo Cabral, lembrando quem quem faz o relatório de uma CPI não é seu presidente, e sim o relator. Disse que os senadores

Romeu Tuma (PFL-SP) e Wilson Kleinübing (PFL-SC), integrantes da CPI dos Precatórios, que não estavam presentes, pediram que Napoleão falasse também por eles.

Já Roberto Requião (PMDB-PR), relator da CPI, disse que Cabral jamais tentou influir em seu relatório. Emília Fernandes (PTB-RS), outra integrante da CPI, também apoiou Bernardo Cabral. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, se associou à solidariedade prestada a Cabral.

# CAE avaliará benefícios a indústrias

*Subcomissão terá 60 dias para averiguar como os governos estaduais oferecem facilidades para atrair investidores. Presidente da comissão fala de "avalanche de incentivos"*

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) criou uma subcomissão destinada a examinar, no prazo de 60 dias, a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais. A sugestão partiu do senador Vilson Kleinübing (PFL-SC).

Durante o debate sobre o requerimento, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) manifestou-se favoravelmente à subcomissão, por entender que o Senado deve adotar uma atitude definitiva "quanto ao festival que os governadores estão fazendo para atrair investidores".

O presidente da CAE, senador José Serra (PSDB-SP), também apoiou o requerimento, afirmando que "há uma avalanche de incentivos" e que a comissão precisa de informações para ter um diagnóstico da situação dos estados. Por sua vez, o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) defendeu proposta de emenda à Constituição, de sua autoria, transferindo do Confaz para o Senado a competência para estabelecer regras da chamada guerra fiscal.

## REQUERIMENTO

A CAE aprovou, ainda, requerimento de diligências apresentado pelo senador Freitas Neto (PFL-PI) para instruir solicitação do governo do Piauí sobre alteração da forma e prazo de pagamento de contratos de operação de crédito celebrados em 22 e 29 de dezembro de 1995.

Esses contratos foram firmados no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. As diligências serão feitas junto à Caixa Econômica Federal, para obtenção do texto atual das cláusulas contratuais passíveis de modificação; ao Banco Central, para acesso às informações



Senadores apoiaram ontem a subcomissão para estudar as propostas dos governadores

constantes do Cadastro da Dívida Pública que levaram o Piauí a ser cadastrado como inadimplente; e ao governo do estado, para obtenção de dados sobre o cumprimento do cronograma de desembolsos previsto ao se firmar a renegociação da dívida estadual.

Dois projetos foram debatidos pela CAE durante a reunião de ontem mas tiveram sua votação adiada em função de pedidos de vista: um de autoria do senador Esperidião Amin (PFL-SC),

com substitutivo do relator Osmar Dias, criando o Fundo de Terras e considerado pelo senador paranaense como "uma tentativa de implementar a reforma agrária de maneira mais realista"; outro, do Poder Executivo, relatado por José Serra, instituindo o Fundo de Aposentadoria Programada Individual.

Na mesma reunião, Serra leu ofício do presidente do Banco Central, ao presidente do Senado, sobre solicitação de análise feita pela pre-

feitura municipal de Osasco (SP) para emissão de Letras Financeiras do Tesouro Municipal, com recursos destinados ao refinanciamento da dívida mobiliária vencível em 01.06.97.

Loyola informou que, por se tratar de rolagem de títulos emitidos para pagamento de precatórios judiciais, cuja emissão o Senado havia autorizado, foi enviada correspondência ao município comunicando que tais títulos não são passíveis de refinanciamento.

## Ronaldo diz que empresas burlam o princípio dos incentivos fiscais no NE

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) sugeriu ontem que os governadores do Nordeste e a direção da Sudene modifiquem a legislação relativa aos incentivos fiscais para as empresas que se instalam na região.

Segundo o senador, embora a maioria das fábricas ampliem suas atividades mesmo depois de encerrado o período de isenção fiscal, existem empresários que, sem mesmo comunicar a decisão, fecham as portas do seu empreendimento tão logo



Ronaldo Cunha Lima

se esgotam os benefícios.

Ronaldo Cunha Lima citou caso ocorrido em Campina Grande (PB), onde a fábrica de calçados Azalca

demituiu 500 empregados depois do prazo de isenção fiscal. "Geralmente as empresas anunciam de forma distorcida o fechamento das suas atividades", disse.

Na sua opinião, a Sudene deve buscar tornar a lei "mais rígida, evitando que fatos dessa natureza se repitam". Também os governadores do Nordeste precisam, conforme Ronaldo Cunha Lima, "de um acordo comum para aperfeiçoar a política de incentivos fiscais".

# Waldeck aponta os resultados para o Nordeste da MP do setor automotivo

*"Isso comprova que a desconcentração econômica nacional é possível e viável, e que é um processo a ser conduzido pela União", diz senador*

Apesar das fortes resistências, a medida provisória que estende aos regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste incentivos federais para a instalação de indústrias automobilísticas já tem comprovados resultados



Waldeck Ornelas

positivos, afirmou ontem o senador Waldeck Ornelas (PFL-BA). No último dia 31 esgotou-se o prazo para que as empresas fizassem suas opções de localização e houve uma verdadeira corrida, para surpresa do Ministério da Indústria e Comércio, acrescentou.

- Isso comprova que a desconcentração econômica nacional é possível e viável, e

que é um processo a ser conduzido pela União. Que fique a lição para que outras políticas setoriais contemplem essa orientação - frisou.

Mesmo sem dados concretos definitivos, o senador avaliou que pelo menos sete estados (BA, GO, CE, TO, PI, PE e AC) receberão em torno de R\$ 1,8 bilhão em investimentos, que representarão a geração de cerca de 10 mil empregos diretos, "independentemente de outros efeitos multiplicadores sobre as economias estaduais". Para Waldeck, o Congresso teve papel fundamental nesses resultados. A bancada do Nordeste "fez sen-

tir, ao presidente da República e à nação, a necessidade de incentivos diferenciados", afirmou.

Em aparte, Ramez Tebet (PMDB-MS) lamentou que Mato Grosso não tenha sido também beneficiado, mas disse esperar que o estado obtenha incentivos para a agroindústria. Para Levy Dias (PPB-MS), as bancadas do Centro-Oeste não trabalham com a mesma coesão da nordestina. Sem um banco de desenvolvimento, a região ainda não conseguiu a instalação do conselho deliberativo do Fundo Constitucional do Centro-Oeste, daí haver "uma montanha de recursos paralisados no Banco do Brasil", sem tomadores devido ao alto custo dos encargos, avaliou.

## Francelino destaca evento da indústria jornalística mundial

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) destacou ontem a realização do 50º Congresso Mundial da Indústria Jornalística, aberto na segunda-feira em Amsterdã, na Holanda.



Francelino

Segundo Francelino, empresários de comunicação e editores de jornais do mundo inteiro participam do evento, que premiará com a *Pena de Ouro* os profissionais de imprensa que se destacaram na resistência à censura. Conforme disse, na última década 500 jornalistas foram mortos no exercício da profissão. No Brasil, uma nova legislação está em tramitação na Câmara para disciplinar, num clima de liberdade e responsabilidade, o papel desse segmento - acrescentou o senador.

## Rocha repudia matéria contra área de livre comércio no Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) repudiou ontem matéria divulgada pela Agência Estado no último dia 25 de maio para vários jornais do país, na qual é criticada a área de livre comércio a ser implantada no Amapá. Rocha considerou que a reportagem foi danosa não só para aquele estado, mas para toda sua população.

A propósito, destacou editorial do último dia 29 do *Jornal do Dia*, de Macapá, no qual as entidades representativas do comércio, da indústria e da agricultura local condenam a reportagem produzida pela agência. Na crítica àquele



Sebastião Rocha

matéria, o editorial afirma que "associar a Área de Livre Comércio (ALC) ao tráfico de drogas, prostituição infantil, contrabando de mercadorias e sonegação fiscal não é só não conhecer a realidade daquele estado, como também uma demonstração cabal de improbidade profissional e má fé".

Sebastião Rocha disse que também lamentava a omissão do governador do Amapá na associação à defesa da área de livre comércio, em relação ao episódio. O senador reiterou considerar a ALC uma importante fonte de recursos e de geração de empregos.

## Projeto de Lauro Campos segue para sanção presidencial

Projeto do senador Lauro Campos (PT-DF) que determina seja dada maior publicidade aos editais, avisos, anúncios e quadro geral de credores na falência, na concordata e na insolvência civil, foi aprovado pela Câmara dos Deputados e enviado à sanção presidencial.

A proposição altera o artigo 205 da Lei de Falências e o artigo 786-A do Código de Processo Civil e visa aperfeiçoar normas jurídicas que disciplinam o direito falimentar das sociedades comerciais e a insolvência das sociedades civis. Se sancionada, a lei permitirá a credores se habilitarem ao vencimento antecipado dos créditos provenientes da falência e da concordata do comerciante devedor.

## Benedita participa de encontro com empresários cristãos

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) registrou ontem a sua participação no XV Congresso da Associação de Dirigentes



Benedita

Cristãos de Empresas do Brasil, em Aracaju, no último fim de semana. Segundo a senadora, o encontro abordou o tema *Os caminhos para a paz social* e o que isso representa para a sociedade, no mundo globalizado.

Conforme Benedita, o Brasil precisa mudar sua relação com a classe trabalhadora, para conter a corrida desenfreada das empresas que, em busca do lucro, não atentam para a dignidade humana. Ela disse que, apesar da aparente estabilidade econômica e social, há descontentamento e insatisfação nos mais diversos segmentos da sociedade, principalmente entre a população trabalhadora.

# Emília alerta para a falta de vacinas

Ao citar matéria do jornal *Correio Braziliense*, a senadora lembra que denunciou o problema em outubro passado e afirma que desde 1960 não se registra situação semelhante

## Gilvam Borges pede energia para o Amapá



Gilvam

O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) fez ontem apelo ao presidente da República, ao ministro de Minas e Energia e ao presidente da Eletronorte para que seja iniciada, imediatamente, a eletrificação de uma área de 200 quilômetros, a partir da hidrelétrica de Coaraci Nunes, que vai beneficiar vários municípios do Amapá.

Segundo o senador, a eletrificação dessa área, que custará R\$ 6 milhões, está prevista no Orçamento da União. Os recursos para a realização da obra constam de emenda ao Orçamento apresentada pela bancada do estado do Amapá e serão repassados à Eletronorte, para sua execução.

Gilvam disse que o presidente Fernando Henrique Cardoso priorizou a estabilização da economia e propôs várias reformas para adequar o país ao processo de globalização. "No entanto, já é hora de reaquecer a economia e investir para que a geração de empregos possa fluir", ressaltou.

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) voltou a denunciar ontem a falta de vacinas tríplice - contra tétano, difteria e coqueluche - e a que combate a hepatite B, na maioria dos postos de saúde do Brasil.

Essas informações, disse a senadora, foram veiculadas pelo jornal *Correio Braziliense*, que alertou para a falta de condições do governo para proteger a população, caso haja, nos próximos dias, uma epidemia dessas doenças. Segundo Emília Fernandes, desde 1960 não se registra, no Brasil, situação semelhante. "É um retrocesso", criticou.



Emília

Emília ressaltou que, em 26 de outubro passado, fez pronunciamento dando conta da falta de vacinas e das dificuldades enfrentadas pelos laboratórios oficiais. Na ocasião, apresentou requerimento de convocação do ministro da Saúde para prestar informações sobre a situação do setor. Até hoje, informou, não obteve resposta. Manifestaram-se em apertes Ramez Tebet (PMDB-MS) e José Bianco (PFL-RO).

## Coral do Senado estréia hoje no Teatro Nacional

O presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, assistirá hoje à noite, a partir das 21 horas, ao concerto de estréia do Coral do Senado, na Sala Martins Penna do Teatro Nacional.

Regido pela maestrina Glincia Mendes, o coral será acompanhado pelo premiado Quarteto de Brasília e outros conhecidos músicos da cidade.

O Coral do Senado é um dos mais novos do Distrito Federal. Com apenas oito meses de existência, já se apresentou em diversas solenidades na Casa e participou do último Encontro Nacional de Corais, realizado na Escola de Música de Brasília (EMB).

A criação do coral foi idéia do diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia, referendada, posteriormente, por decisão do ex-presidente do Senado, José Sarney. O grupo se compõe de 54 funcionários da Casa, desde diretores e chefes de gabinetes a auxiliares de serviço.

O concerto inclui peças populares e eruditas - destacando-se a primeira audição em Brasília de *Mulungu Fuloriô*, de Antonio Vaz.

## Júnia cobra socorro a hospital das clínicas

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) apelou ontem ao Ministério da Saúde para que libere, com urgência, os recursos que, a seu ver, já deveriam ter sido repassados ao Hospital das Clínicas



Júnia Marise

de Belo Horizonte, que há muito deixou de receber qualquer tipo de auxílio do

governo federal.

Ela disse que a situação financeira do hospital está caótica: a partir de ontem, a instituição suspendeu as aulas de 1.400 alunos do curso de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais.

- Já falei com o ministro da Saúde, na semana passada, sobre a nossa preocupação com o atraso no repasse dos recursos para o hospital, que, embora conveniado com o SUS, não recebeu nenhum centavo neste ano - afirmou.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, RONALDO CUNHA LIMA E GERALDO MELO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella  
**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Várig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

### Jornal do Senado

**Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)**  
**- Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social** - Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Divulgação e Integração** - Helival Frios

**Diretor do Jornal do Senado** - Flávio de Mattos

**Diretor da Agência Senado** - Domingos Mourão Neto

**Editores** - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

**Diagramação** - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

**Fotos** - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Janie Araújo e Júlio Essucy

**Revisão** - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Veja no *Diário do Senado* a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.